

Caderno de Negociação

DIEESE

Número 82 - Outubro de 2024

MERCADO DE TRABALHO

Participação de trabalhadores/as negros/as em cargos de chefia cresce em ritmo lento

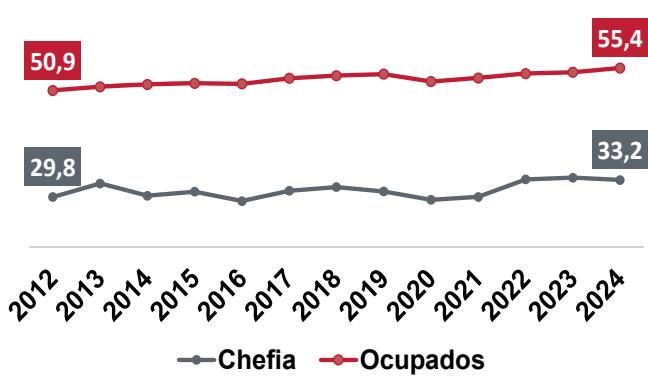
Os trabalhadores/as negros/as têm aumentado a participação nos cargos de chefia nos últimos anos. No segundo trimestre de 2012, cerca de 29,8% dos cargos de direção ou gerência eram ocupados por pessoas negras, enquanto em 2024, a proporção é de 33,2%, aumento de 3,4 pontos percentuais. Já o percentual de negros/as no total dos trabalhadores/as ocupados/as passou de 50,9% para 55,4%, ampliação de 4,5 pontos percentuais.

Esses dados mostram que, apesar do aumento do percentual de negros/as nos cargos de chefia, eles/elas continuam sub-representados/as

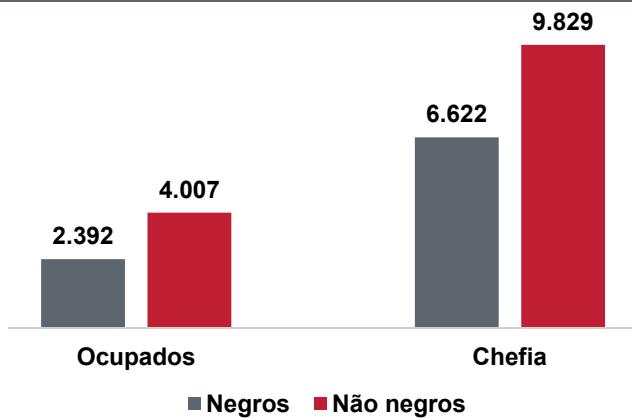
nessas posições e esse crescimento ocorre em ritmo insuficiente, inferior à ampliação dessa população entre os ocupados/as.

O aumento também não consegue transpor outros problemas enfrentados por essa população no mercado de trabalho, mesmo em cargos de liderança, como o descompasso entre o rendimento médio de trabalhadores/as negros/as e não negros/as. Mesmo nos cargos de chefia, os/as negros/as recebiam 33% menos que os/as não negros/as. No total dos ocupados/as do país, os/as negros/as aferiram 40% menos no quarto trimestre de 2024.

Proporção de negros/as nos cargos de direção e gerência e entre todos/as ocupados/as (em %) Brasil - 2012 a 2024



Rendimento médio nos cargos de direção e gerência e entre todos/as ocupados/as no 2º trimestre de 2024 - Brasil (em R\$)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. 2º trimestre de cada ano. Elaboração: DIEESE. Obs.: Negros = pretos/as + pardos/as. Não negros/as = brancos/as + amarelos/as + indígenas

NEGOCIANDO
O DIEESE NA PALMA DA SUA MÃO

Disponível para iOS e Android



Acordos e convenções propõem o combate à discriminação racial

O Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, é uma data importante para refletir sobre a luta contra o racismo e a valorização da cultura afro-brasileira. No contexto do trabalho, a discriminação racial ainda é uma realidade que impede muitos/as profissionais negros/as de alcançarem igualdade de oportunidades. A seguir, foram selecionadas cláusulas importantes inseridas por sindicatos de trabalhadores/as em acordos e convenções coletivas de trabalho, que tratam de questões como o combate à discriminação racial e a promoção da igualdade e da isonomia salarial.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE

A empresa se compromete a contratar e manter em seus quadros 20% (vinte por cento) de funcionários afrodescendentes (pardos e negros) e assegurar igualdade de condições e oportunidades para concorrer a qualquer cargo, inclusive de chefia, e adotar programas educativos e medidas administrativas destinadas a garantir igualdade de oportunidade e tratamento no acesso, permanência e mobilidade ocupacional de seus empregados[...]

POLÍTICA DE INCLUSÃO DE MULHERES, NEGROS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Considerando a diversidade étnica e cultural da população brasileira e considerando o número ainda pequeno de mulheres, negros e portadores de deficiência no quadro de funcionários da empresa, inclusive nos cargos de chefia, a empresa promoverá, de forma contínua, uma política de inclusão de mulheres, negros(as) e portadores de deficiência. [...]



DEMOCRATIZAÇÃO, ISONOMIA E EQUILÍBRIO NAS RELAÇÕES TRABALHO

Fica estabelecida a garantia de participação efetiva nos processos de seleção interna de todos os setores da empresa, da população afrodescendente, pessoas LGBTQIA+ e mulheres, sendo garantido a todos(as) os mesmos níveis de avaliação para o equilíbrio das condições de oportunidade e ascensão da renda. Para fins de garantia da igualdade nas relações do trabalho, fica estabelecido em compasso com a Convenção 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que são vedadas quaisquer ações que possam desconstruir a oportunidade de emprego e ascensão em razão da acepção de pessoa por cor, raça, identidade de gênero, orientação política e ideológica. [...]

EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

As entidades convenentes instituirão, na vigência do presente instrumento normativo, o Comitê de Diversidade, com o propósito de estabelecer programas de combate ao racismo no trabalho e a discriminação de gênero, conforme preconiza a Convenção 111 da OIT - Organização Internacional do Trabalho - e as normativas existentes na legislação brasileira, visando à adoção pelas empresas de mecanismos afirmativos que inibam tais práticas. As entidades convenentes estabelecem o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura da presente convenção coletiva de trabalho para início dos trabalhos de instituição e organização do Comitê. **Parágrafo Único** - As empresas adotarão medidas que evitem práticas e procedimentos que possam inibir a contratação de mulheres.

GREVES

Primeiro semestre tem queda no número de greves

No primeiro semestre de 2024, foram registradas 451 greves - decréscimo de 19% em relação ao mesmo período de 2023. Dessas, 55% foram organizadas por servidores/as públicos/as, 41% por trabalhadores/as da esfera privada e 4% por empregados/as das empresas estatais ou empresas públicas.

Entre os servidores/as públicos/as (247 greves), 49% foram realizadas na educação, 15% na saúde e 4% na segurança. Profissionais de outras pastas ou, conjuntamente, de toda a administração (greves gerais) foram responsáveis por 27% dessas mobilizações.

Na esfera privada (186 greves), 39% foram organizadas pelos metalúrgicos/as, mesmo percentual observado entre os trabalhadores/as dos transportes, principalmente os rodoviários/as dos coletivos urbanos. Um terço das greves (33%) ocorreu na construção e 26%, entre os trabalhadores/as - quase todos terceirizados/as - de atividades como limpeza,

Greves nos serviços públicos, empresas públicas e estatais - Brasil, primeiro semestre de 2024

Esferas	Greves	
	nº	%
Serviço Público	247	55,0
Empresas estatais/empresas públicas	18	4,0
Esfera privada	186	41,0
Total	451	100

Fonte: DIFESSE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

portaria, recepção e serviços gerais.

Entre os servidores/as públicos/as, o reajuste salarial foi frequente em quase dois terços (61%) das pautas das mobilizações; demandas relacionadas às condições de trabalho aparecem em seguida (45%). Na esfera privada, 37% mencionaram o atraso no pagamento dos salários e 36% questões relativas à alimentação. Por fim, nas empresas estatais ou empresas públicas (18 greves), reivindicações relacionadas à situação do local de trabalho (44%) e às condições de trabalho (33%) foram as principais.

O próximo estudo do DIEESE, com o balanço das greves do primeiro semestre de 2024, será publicado nas próximas semanas.

Principais reivindicações das greves Brasil, primeiro semestre de 2024

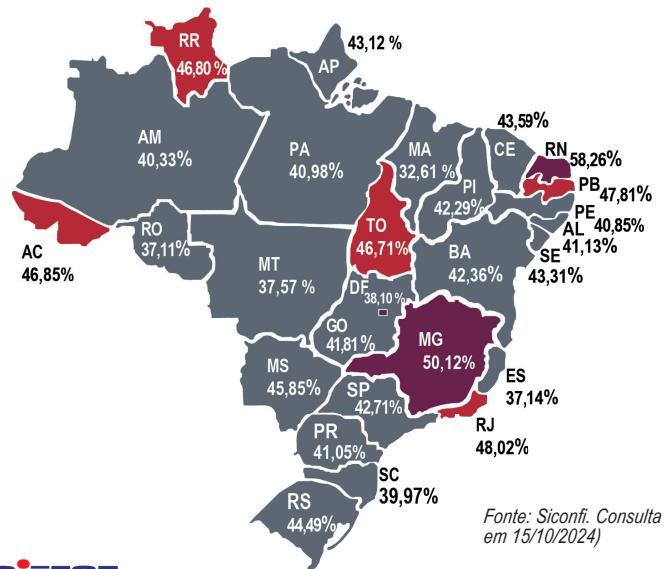
Esfera	Reivindicação	% de greves
<i>Serviço Público</i>	Reajuste salarial	61,1%
	Condições de trabalho	44,6%
<i>Empresas Estatais</i>	Local de trabalho	44,4%
	Condições de trabalho	33,3%
<i>Esfera Privada</i>	Atraso no pagamento dos salários	36,6%
	Alimentação	36,0%

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)

FINANÇAS PÚBLICAS

Gastos com pessoal dentro dos limites fiscais em 20 estados

No segundo quadrimestre de 2024, Minas Gerais e Rio Grande do Norte ultrapassaram o limite máximo estabelecido para os gastos com pessoal do poder Executivo, fixado em 49% da Receita Corrente Líquida (RCL). Rio de Janeiro, Paraíba, Acre, Roraima e Tocantins excederam o limite prudencial, equivalente a 95% do limite máximo (46,55% da RCL), enquanto os outros 20 estados permaneceram dentro dos limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). Quando os limites são ultrapassados, os entes públicos devem realizar ajustes, sob pena de sanções. O percentual excedente deve ser eliminado nos dois quadrimestres subsequentes.



NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Dados parciais: 89,2% dos reajustes de setembro têm ganhos reais

Os resultados das negociações de setembro, registradas no Mediador até 10/10, indicam que 89,2% das categorias com data-base naquele mês conquistaram ganhos acima da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Outras 4,8% conseguiram reajustes iguais à inflação e 6% tiveram resultados insuficientes para

recompor as perdas acumuladas desde 2023. A variação real média de setembro (descontada a inflação) é, até o momento, igual a 1,11%.

No quadro acumulado em 2024, 86,3% das negociações registram ganhos reais, 10,3% tiveram reajustes iguais à inflação e 3,4%, resultados abaixo dela, com variação real média equivalente a 1,49%.

Entre as categorias selecionadas para esta edição do Caderno, que negociam nos próximos meses, destacam-se os/as trabalhadores/as na indústria da construção e mobiliário e nos serviços de transportes e do turismo e hospitalidade, com reajustes acima da inflação em mais de 90% das negociações nas últimas 12 datas-bases. Por outro lado, os/as urbanitários/as registraram ganhos reais em apenas 49,7% dos casos.

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE e variação real média dos reajustes Brasil - últimos 12 meses

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
Out/23	70,1%	16,8%	13,1%	0,81%	1.170
Nov/23	63,9%	30,9%	5,2%	0,86%	2.006
Dez/23	82,7%	14,7%	2,5%	1,15%	197
Jan/24	82,3%	12,7%	5,0%	1,64%	2.807
Fev/24	84,1%	10,9%	4,9%	1,49%	668
Mar/24	85,8%	10,6%	3,6%	1,18%	1.891
Abr/24	81,3%	16,6%	2,2%	1,33%	731
Mai/24	89,9%	8,2%	1,9%	1,64%	4.429
Jun/24	89,0%	8,7%	2,3%	1,45%	824
Jul/24	83,4%	10,2%	6,4%	1,17%	422
Ago/24	84,1%	7,2%	8,7%	1,01%	207
Set/24	89,2%	4,8%	6,0%	1,11%	166
12 meses	82,1%	13,5%	4,4%	1,36%	15.518
Acum. em 2024	86,3%	10,3%	3,4%	1,49%	12.145

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. Elaboração: DIEESE. Obs.: a) Dados atualizados até 10/10/2024

Valor médio dos pisos, em reais, por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

Categorias	Valor médio	Nº de pisos analisados
Alimentação	R\$ 1.677,65	1.295
Comerciários/as	R\$ 1.591,54	1.486
Comunicações	R\$ 1.611,51	315
Construção e mobiliário	R\$ 1.757,60	1.524
Educação privada	R\$ 1.704,03	114
Metalúrgicos/as	R\$ 1.725,02	946
Químicos/as	R\$ 1.683,89	540
Rurais	R\$ 1.677,99	712
Transportes	R\$ 1.822,75	2.621
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.576,95	1.784
Urbanitários/as	R\$ 1.796,21	99
Vigilantes	R\$ 1.642,77	211

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE, variação real média dos reajustes por categoria selecionada - Brasil, últimas 12 datas-bases

ALIMENTAÇÃO	COMERCIÁRIOS/AS	COMUNICAÇÕES	CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO
Acima Igual Abaixo	Acima Igual Abaixo	Acima Igual Abaixo	Acima Igual Abaixo
83,60% 13,40% 3,00%	60,00% 38,70% 1,30%	63,30% 34,60% 2,10%	92,10% 5,30% 2,70%
Variação média real Total (nº de reajustes)	Variação média real Total (nº de reajustes)	Variação média real Total (nº de reajustes)	Variação média real Total (nº de reajuste)
1,29% 1.279	0,77% 1.502	1,02% 335	1,65% 1.538
EDUCAÇÃO PRIVADA	METALÚRGICOS/AS	QUÍMICOS/AS	RURAIS
Acima Igual Abaixo	Acima Igual Abaixo	Acima Igual Abaixo	Acima Igual Abaixo
57,90% 24,00% 18,00%	88,10% 9,60% 2,30%	85,70% 10,20% 4,10%	85,30% 8,60% 6,10%
Variação média real Total (nº de reajustes)			
0,68% 233	1,34% 1.073	1,22% 537	1,35% 618
TRANSPORTES	TURISMO E HOSPITALIDADE	URBANITÁRIOS/AS	VIGILANTES
Acima Igual Abaixo	Acima Igual Abaixo	Acima Igual Abaixo	Acima Igual Abaixo
90,70% 6,30% 3,00%	91,40% 3,40% 5,20%	49,70% 49,00% 1,40%	73,40% 23,10% 3,50%
Variação média real Total (nº de reajustes)			
1,71% 2.378	1,74% 1.792	0,70% 145	1,23% 199

PREÇOS

Setembro: custo da cesta básica aumenta em 10 capitais

Em setembro, o valor do conjunto dos alimentos básicos subiu em 10 das 17 capitais onde o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As maiores altas ocorreram em Porto Alegre (2,07%), Florianópolis (1,59%), Rio de Janeiro (1,56%), Vitória (1,56%) e Brasília (1,39%). As principais reduções foram de Belém (-2,58%), Fortaleza (-2,31%) e Aracaju (-1,98%). Abaixo, variações de alguns itens:

Café em pó – O preço do quilo aumentou em todas as capitais. A ausência de umidade no ar e as queimadas pontuais tiveram impacto no volume de grãos.

Óleo de soja – O valor subiu em 16 capitais e ficou estável em Natal. A demanda firme pelo grão e pelo óleo e o excesso de calor, causado pela instabilidade climática, elevaram a cotação do óleo no varejo.

Carne bovina de primeira – O preço do quilo subiu em 16 das 17 cidades onde se realiza a pesquisa. A escassez de bois para abate, devido ao clima, e o consumo aquecido, elevaram a cotação no varejo.

Leite UHT – O valor aumentou em 13 capitais. A menor oferta no campo, devido ao clima adverso (chuvas ex-

cessivas no Sul, estiagem e queimadas em outras regiões) encareceu o preço dos laticínios.

Batata – O preço caiu em nove das 10 capitais da região Centro-Sul, onde o tubérculo é pesquisado. O calor excessivo elevou a oferta e o valor recuou no varejo.

Tomate – Houve redução de preço em 13 cidades. O calor amadureceu o fruto mais cedo, elevando a oferta. Mesmo com o aumento das exportações, o excesso de tomate causou a queda dos preços no varejo.

Açúcar – O valor do quilo teve queda em 12 das 17 capitais. Apesar da ligeira melhora na demanda e da diminuição da oferta de cana, por causa do clima seco e das queimadas, os preços do açúcar seguiram em queda na maior parte das cidades pesquisadas.

Entre setembro de 2023 e setembro de 2024, o custo dos alimentos básicos aumentou em 11 cidades, com destaque para as variações em São Paulo (7,85%), Goiânia (6,65%), Campo Grande (5,76%) e Rio de Janeiro (5,19%). Entre as seis localidades com retração nos preços, destacam-se Natal (-7,51%) e Recife (-6,12%).

Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais - Brasil – setembro de 2024

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Variação 12 meses (%)
São Paulo	792,47	0,78	7,85
Florianópolis	768,33	1,59	2,77
Rio de Janeiro	757,30	1,56	5,19
Porto Alegre	756,17	2,07	1,95
Campo Grande	714,63	0,00	5,76
Curitiba	698,44	0,20	2,53
Vitória	694,87	1,56	1,90
Brasília	682,51	1,39	3,07
Goiânia	672,93	0,76	6,65
Belo Horizonte	651,44	-0,58	2,79
Belém	647,79	-2,58	2,25
Fortaleza	615,92	-2,31	-3,83
Natal	554,00	-0,30	-7,51
Salvador	553,62	-1,27	-3,05
João Pessoa	552,35	0,63	-1,82
Recife	535,32	0,41	-6,12
Aracaju	506,19	-1,98	-4,91

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial – (setembro 2024)

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 6.657,55
Salário Mínimo	R\$ 1.412,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,71

Fonte: DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - out/23 a set/24

INPC - IBGE	12 meses (%)
Índice Geral	4,09
- Alimentação e bebidas	5,64
- Alimentação no domicílio	5,88
- Alimentação fora do domicílio	4,82

Fonte: IBGE

Índices de inflação - IBGE

Índices de inflação	Out/23 a Set/24 (%)			Projeção de inflação		
				nov/23 a out/24 (%)	dez/23 a nov/24 (%)	jan/24 a dez/24 (%)
INPC-IBGE	0,48	4,09	4,49	4,50	4,54	
IPCA-IBGE	0,44	4,42	4,70	4,52	4,55	

Fonte: IBGE. BC. A projeção de inflação, realizada em 18/10, ficou em 0,50% para outubro; em 0,11% para novembro; e 0,58 para dezembro

Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)

Município de São Paulo, setembro de 2024

Setembro	Variação em 12 meses (set/23 a ago/24)
Mensal	
0,25%	3,84%
Estrato 1	3,79%
Estrato 2	3,87%
Estrato 3	3,83%

Fonte: DIEESE

Obs: O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias da amostra, as mais pobres (renda média = R\$ 2.490,00); o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 6.573,00); e o 3º estrato reúne aquelas de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 30.014,00). Todas as rendas médias são referentes a valores de agosto de 2024.